

SUMÁRIO

Capítulo 1

INTRODUÇÃO	21
------------------	----

Capítulo 2

A CONSENSUALIDADE NO ÂMBITO DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: DA IMPOSSIBILIDADE À PREVISÃO EXPRESSA DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL	29
2.1 O alcance da consensualidade e seu reflexo nos poderes do estado	33
2.1.1 Definindo a consensualidade	33
2.1.2 O reflexo da consensualidade nos poderes do Estado	35
2.2 Da justiça impositiva à justiça consensuada na solução de conflitos: o sistema de justiça multiportas	37
2.3 O regime jurídico administrativo e suas barreiras principiológicas à consensualidade no âmbito da improbidade administrativa	45
2.3.1 O interesse público como suporte ao incremento da consensualidade	48
2.3.2 A consensualidade na tutela do patrimônio público e o princípio da supremacia do interesse público	54
2.3.3 A quebra do paradigma do princípio da indisponibilidade do interesse público como obstáculo à consensualidade na defesa do patrimônio público	60
2.4 A barreira às soluções negociais no âmbito do direito sancionador brasileiro	65
2.4.1 A natureza da Lei de Improbidade Administrativa	65
2.4.2 O caminho evolutivo da negociação no âmbito do Direito Sancionador	72
2.4.2.1. Os passos iniciais: a Lei nº 9.099/1995	73
2.4.2.2 O acordo de leniência como novo movimento em direção à consensualidade no direito sancionador	77

2.4.2.3	A colaboração premiada e a sua viabilidade no âmbito da improbidade administrativa	82
2.4.2.4	Movimentos normativos em favor da consensualidade no âmbito da improbidade administrativa	86
2.5	A complexidade e conflituosidade dos direitos transindividuais: distanciamento entre titulares dos direitos e legitimados ativos processuais e reflexos na consensualidade no âmbito da defesa do patrimônio público	89
2.5.1	A evolução da consensualidade da tutela dos direitos transindividuais	93
2.5.2	O compromisso de ajustamento de conduta como movimento fundamental à consensualidade no âmbito dos direitos transindividuais	94
2.5.3	A extensão do conteúdo do ajustamento constante do compromisso.....	97
2.5.4	O compromisso de ajustamento de conduta no âmbito da improbidade administrativa: a jornada em direção ao acordo de não persecução civil	100

Capítulo 3

	O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL NA LEI Nº 14.230/2021: DA PRINCIOLOGIA APLICADA À SUA NATUREZA JURÍDICA	109
3.1	O pacote anticrime: a previsão do acordo de não persecução penal e do acordo de não persecução civil	111
3.2	Iniciativas voltadas à regulamentação do acordo de não persecução civil – ANPC: marcos normativos iniciais	115
3.3	Diretrizes gerais do acordo de não persecução civil na lei nº 14.230/2021	118
3.4	A princiologia aplicada ao acordo de não persecução civil	121
3.4.1	Princípios do direito público e sua aplicação no acordo de não persecução civil	125
3.4.1.1	Princípio da Legalidade.....	125
3.4.1.2	Princípio da Impessoalidade	129
3.4.1.3	Princípio da Publicidade	132
3.4.1.4	Princípio da Moralidade	137
3.4.1.5	Princípio da Eficiência	142
3.4.2	Princípios do direito administrativo sancionador de maior incidência no acordo de não persecução civil	144
3.4.2.1	Princípio do Devido Processo Legal.....	147
3.4.2.2	Princípio do Contraditório.....	157
3.4.2.3	Princípio da Proporcionalidade.....	160

3.5	Acordo de não persecução civil: objetivos e natureza jurídica.....	170
3.5.1	Objetivos genéricos do ANPC	171
3.5.2	O acordo de não persecução civil como negócio jurídico.....	174
3.5.2.1	O acordo de não persecução civil como negócio jurídico misto	182
3.5.2.1.1	O ANPC como espécie de <i>pactum de non petendo</i>	187

Capítulo 4

	O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL ENQUANTO NEGÓCIO JURÍDICO: DO PLANO DA EXISTÊNCIA AO PLANO DA VALIDADE QUANDO AOS SUJEITOS E CONTEÚDO ESSENCIAL	193
4.1	O acordo de não persecução civil no plano da existência	194
4.2	O acordo de não persecução civil no plano da validade	200
4.2.1	Dos requisitos de validade do acordo de não persecução civil relativos aos sujeitos.....	203
4.2.1.1	A legitimidade do tomador do acordo de não persecução civil estabelecida a partir da legitimidade para propositura da ação de improbidade administrativa	204
4.2.1.2	A irrenunciabilidade da competência do ente legitimado para formalização do acordo de não persecução civil: limites e requisitos	210
4.2.1.3	Da improrrogabilidade relativa da competência para formalização do acordo de não persecução civil	220
4.2.1.4	Impedimentos e suspeições na formalização do ANPC	222
4.2.1.5	Dos requisitos quanto à pessoa do investigado/ demandado para formalização do ANPC	225
4.2.2	Dos requisitos de validade do acordo de não persecução civil relativos ao objeto: do conteúdo essencial e não essencial do ajuste.....	233
4.2.2.1	Do conteúdo essencial do ajuste: o integral ressarcimento do dano e a reversão da vantagem indevidamente obtida à pessoa jurídica lesada e a possibilidade de flexibilização.	235
4.2.2.1.1	O ressarcimento do dano no âmbito da improbidade administrativa: incidência e extensão	236
4.2.2.1.1.1	Da incidência do ressarcimento do dano no âmbito da improbidade administrativa	237

4.2.2.1.1.2	A extensão do dano para fins de ressarcimento decorrente do ato de improbidade administrativa	242
4.2.2.1.2	Da reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida fruto da improbidade administrativa.....	253
4.2.2.1.3	Interpretando o conteúdo essencial do ANPC: a busca pela efetividade normativa	257

Capítulo 5

O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL AINDA NO PLANO DA VALIDADE: QUANTO AO CONTEÚDO NÃO ESSENCIAL E A FORMA DO AJUSTE		271
5.1	A previsão de sanções como conteúdo do acordo de não persecução civil ..	272
5.1.1	Das sanções aplicáveis ao acordo de não persecução civil	280
5.1.1.1	Multa civil	283
5.1.1.2	Perda da função pública	288
5.1.1.3	Suspensão de direitos políticos.....	296
5.1.1.4	Proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	305
5.2	Do conteúdo não essencial do acordo de não persecução civil	314
5.2.1	Da adoção de mecanismos de integridade.....	316
5.2.2	Outras cláusulas não-essenciais passíveis de incidência no ANPC.....	323
5.2.3	Cláusulas não-essenciais de natureza processual estabelecidas no ANPC.....	327
5.3	Dos requisitos de forma e solenidades substanciais do acordo de não persecução civil	329
5.3.1	A participação do defensor nas negociações entre o tomador do compromisso e o investigado/demandado.....	332
5.3.2	A oitiva do Tribunal de Contas competente para apuração do valor do dano a ser ressarcido.....	333

Capítulo 6

O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL NO PLANO DA EFICÁCIA E DA EFETIVIDADE		343
6.1	A eficácia do acordo de não persecução civil	346
6.1.1	Limites à eficácia do acordo de não persecução civil	347

6.1.1.1	Limites à eficácia do ANPC decorrentes da vontade dos acordantes	347
6.1.1.2	Limites à eficácia do ANPC em razão de expressa disposição normativa.....	351
6.1.1.2.1	Aprovação do ANPC pelo órgão revisor do Ministério Público como requisito de eficácia.....	352
6.1.1.2.2	Da homologação judicial do acordo de não persecução civil.....	358
6.2	Modos de ineficácia jurídica do ANPC	374
6.2.1	Da ineficácia total e parcial	375
6.2.2	Da ineficácia absoluta e relativa	375
6.2.2.1	A oitiva do ente federativo lesado e a possível ineficácia relativa do ANPC	376
6.3	O inadimplemento do acordo de não persecução civil e suas possíveis consequências na busca da efetividade.....	383
6.3.1	Espécies de inadimplemento	383
6.3.2	Do procedimento a ser adotado em caso de inadimplemento do ANPC.....	387
6.3.3	Das consequências do inadimplemento das obrigações constantes do ANPC	389
6.3.4	Análise específica das consequências decorrentes do inadimplemento do ANPC	390
6.4	A busca da efetividade no cumprimento da sentença homologatória do ANPC	398
6.4.1	Cumprimento de sentença para pagamento de quantia certa estabelecida no ANPC.....	402
6.4.2	Cumprimento de sentença das obrigações de fazer e não fazer fixadas no acordo de não persecução civil.....	408
6.4.3	Cumprimento de sentença das obrigações de entrega de coisa determinada no ANPC	414

Capítulo 7

CONCLUSÃO	421
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	427